

RESUMO DAS MEDIDAS E ORIENTAÇÕES AOS ATINGIDOS PELA CATASTROFE CLIMATICA NO RS

A NIVEL FEDERAL:

1- PRORROGAÇÃO VALIDADE DAP:

Portaria MDA Nº 13, de 13 De maio de 2024.

Ficam prorrogadas pelo prazo de 6 meses a vigência das DAPs no estado do Rio Grande do Sul, todas as DAPs ativas, que tenham seu vencimento entre a data da publicação da portaria 13 de maio de 2024 e 31 de outubro de 2024, ficam prorrogadas por mais 6 meses, possibilitando o acesso a todas as políticas públicas voltadas a agricultura familiar normalmente. Aos que tiverem possibilidade e desejarem fazer a emissão do CAF, podem fazer normalmente, sem qualquer ônus.

2- PRORROGAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL

Resolução CMN 5.132 de 10 de maio de 2024

As instituições financeiras, a seu critério, ficam autorizadas a prorrogar de forma automática, para 15 de agosto de 2024, o vencimento das parcelas das operações de crédito rural que tenham vencimento de 1º de maio de 2024 a 14 de agosto de 2024. Lavouras localizadas em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública no período de 30 de abril a 20 de maio de 2024, reconhecida pelo governo federal. Operação de custeio e investimento que estavam em situação de adimplência em 30 de abril de 2024.

3-SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DO PROAGRO

Resolução CMN 5.135 de 13 de maio de 2024

Até 30 de junho de 2024, fica autorizada a comunicação de perdas pelo beneficiário de forma remota, dispensada a assinatura. Pode ser realizada através do envio de e-mail, de aplicativo disponibilizado pelo banco ou contato por meio telefônico. Fica dispensada da exigência de liberação de área pelo perito, a colheita realizada entre 30 de abril e 30 de junho de 2024 com o propósito de minimizar os prejuízos decorrentes do evento causador das perdas. Fica dispensada a apresentação de notas fiscais pelo agricultor ao banco.

4- CRÉDITO EMERGENCIAL

Portaria Ministério da Fazenda nº 835, de 23 de maio de 2024

Linha de crédito de investimento no âmbito do Pronaf e do Pronamp para a reconstrução das propriedades:

PRONAF - 3 anos de carência; Juros 4 a 6% ao ano; Prazo de reembolso: até 10 anos; Limite: de R\$210 mil até R\$420mil. Rebate: 30%; Municípios situação emergência: até R\$20 mil; Municípios calamidade: até R\$ 25 mil.

PRONAMP - 3 anos de carência; Juros: 8% ao ano; Prazo de reembolso: até 8 anos; Limite: até R\$600 mil; Rebate: 25%; Municípios situação emergência: até R\$40 mil; Municípios calamidade: até R\$ 50 mil.

5- INSS – Previdência Social

Portaria CRPS/MPS Nº 1541

Autoriza a análise prioritária de recursos administrativos de requerentes das áreas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Incluindo iniciativa de um mutirão para julgamento dos recursos administrativos do RS, incluindo os benefícios de aposentadoria por idade.

6- RECEITA FEDERAL

PORTARIA RFB Nº 423, DE 22 DE MAIO DE 2024.

Prorroga prazos para pagamento de tributos federais, inclusive parcelamentos, e para cumprimento de obrigações acessórias, e suspende prazos para a prática de atos processuais no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para contribuintes domiciliados nos municípios de Rio Grande e São Lourenço do Sul, localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

A NÍVEL ESTADUAL:

7- INTEGRADOS (Suinocultura)

Instrução Normativa SEAPI N.º 13/2024

Prorroga os prazos estabelecidos na Instrução Normativa DSA nº 10/2023 (em anexo) para as granjas de suínos para fins comerciais no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude da situação de emergência causada pelos alagamentos.

8 - DEFESA VEGETAL (Herbicidas hormonais, Cadastro Florestal Estadual, GLT Vinhos e Derivados)

Instrução Normativa nº 12/2024

Altera prazos de procedimentos regulatórios em defesa vegetal. Foi estipulado um novo prazo de 60 dias, contando a partir de 1º de maio de 2024, quando foi decretado o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul.

9- PRORROGAÇÃO FEAPER

Resolução FEAPER N°04/2024

Prorroga as parcelas de operações de Crédito obtidas via FEAPER com vencimentos nos meses de maio, junho e julho de 2024.

10- REABERTURA DO PROGRAMA TROCA TROCA FORRAGEIRAS.

Devido ao Estado de Calamidade Publica que o Estado do Rio Grande do Sul vem passando, foi reaberto os pedidos de manifestação de interesse para os programa forrageiras. O mesmo se encerrou no último dia 31 de maio.

11- PROGRAMA TROCA TROCA DE MILHO

Devido os sistemas de pedidos de milho ter passado por desligamentos através do sistema Procergs, o mesmo foi prorrogado até o dia 04 de junho.

12- PRORROGAÇÃO PRAZO PARA EMISSÃO NOTA FISCAL ELETRONICA

Decreto N° 57610 de 13 de maio,

Prorrogou a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica para 02 de janeiro de 2025, a mesma iria entrar em vigor a partir de 01 de maio de 2024, para produtores com renda até 1 milhão de reais, e 1 de dezembro 2024 para os demais produtores.

13- AMPLICAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO AGROINDUSTRIAS

Instrução Normativa SEAPI N° 11/2024

Autoriza, em caráter excepcional o comércio intermunicipal de produtos de origem animal provenientes de agroindústrias adequadamente registradas nos Serviços de Inspeção Municipais - SIM, pelo período de 90 (noventa) dias.

14- SIOUT para Financiamento Agrícola

IN-SEMA N° 05/2024

Simplifica o processo de financiamento, dispensando a Outorga, para o período do ano-safra 2024/2025, basta apresentar o Comprovante de Cadastro de Uso da Água - SIOUT 0003. Cadastros anteriores continuam válidos e podem ser apresentados. Esta normativa já está válida para fins de financiamento agrícola. e está em vigor até 08/05/2025.

15- Cadastro Florestal

A IN SEAPI nº12/24

Suspende por 60 dias os serviços do Cadastro Florestal para consumidores florestais, propriedades rurais e plantios florestais, sem necessidade de certificado para comercialização. As Certidões do Cadastro Florestal Estadual para "Produtor Florestal" serão válidas até 31 de março de 2025, independentemente da renovação ou vencimento, assim como os Certificados de Produtor Florestal/Seapi emitidos pelo Sistema SOL.

16- Orientação Técnica FEPAM, (Madeira e Lenha)

Uso de madeira e lenha caídas em propriedades rurais, com base no Decreto Estadual de Calamidade Pública (DECRETO Nº 57.596).

Os principais pontos são:

1. Limpeza sem Licença: Autorizada a limpeza de lavouras afetadas por enxurradas sem necessidade de licença ambiental.
2. Uso Restrito: Madeira e lenha só podem ser usadas dentro da propriedade, não podendo ser transportadas para fora.
3. Árvores Nativas: Derrubada de árvores nativas em pé requer licença; se houver risco de queda, é necessária autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
4. Transformação de Madeira: Para transformar madeira caída em produtos como tábuas e cercas, é preciso autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, seguida de validação estadual para transporte legal.